

COMPREENDENDO SOBRE OS ASSENTAMENTOS RURAIS E O PÓS-CONQUISTA DA TERRA: refletindo sobre o crédito fundiário na formação do Assentamento rural Barragem do Cipó, em São João do Sabugi/RN

COMPREENDENDO SOBRE OS ASSENTAMENTOS RURAIS E O PÓS-CONQUISTA DA TERRA: refletindo sobre o crédito fundiário na formação do Assentamento rural Barragem do Cipó, em São João do Sabugi/RN

193

Iapony Rodrigues Galvão

Iapoany.galvao@ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Caicó – RN – Brasil

Submetido em 08 de setembro de 2019

Aceito em 09 de agosto de 2021

Resumo

Compreendendo as desigualdades sociais existentes no Brasil, destaca-se a desproporcional distribuição da terra, numa concentração fundiária nas mãos de poucos proprietários de terra. No entanto, com o descontentamento da classe menos favorecida em relação à distribuição de terras, há uma ampla mobilização popular em defesa dos camponeses, buscando implantar políticas públicas para o meio rural, privilegiando as políticas de Reforma Agrária, promovendo aos agricultores familiares o acesso à terra e minimizando a pobreza no campo. Contudo, há muitas comunidades rurais em situações bastante precárias em termos socioeconômicos, levando a participação dos movimentos sociais do campo na luta para tornar efetivos os seus direitos constitucionais. Dessa forma, a presente pesquisa buscou compreender a formação do assentamento rural barragem do Cipó, em São João do Sabugi/RN, e a viabilidade do crédito fundiário para o respectivo desenvolvimento econômico da comunidade. Assim, utilizando metodologias quantitativas e qualitativas, compreendeu-se a viabilidade da política de financiamento do Crédito Fundiário para as famílias de assentados rurais no município de São João

do Sabugi/RN, mais especificamente dos assentados da Comunidade Barragem do Cipó, lócus da pesquisa, observando efetivamente, se houve ou não melhorias na qualidade de vida e na renda dessas famílias após a conquista da terra.

Palavras-chave: Lutas sociais; Reforma Agrária; Crédito Fundiário; Assentamento Rural, São João do Sabugi.

Abstract

Understanding the social inequalities existing in Brazil, the disproportionate distribution of land stands out, in a land concentration in the hands of few landowners. However, with the discontent of the less favored class in relation to land distribution, there is a broad popular mobilization in defense of peasants, seeking to implement public policies for the rural environment, favoring Agrarian Reform policies, promoting family farmers' access to land and minimizing poverty in the countryside. However, there are many rural communities in very precarious situations in socioeconomic terms, leading to the participation of rural social movements in the struggle to make their constitutional rights effective. Thus, this research sought to understand the formation of the rural settlement Cipó dam, in São João do Sabugi/RN, and the feasibility of land credit for the respective economic development of the community. Thus, using quantitative and qualitative methodologies, it was understood the feasibility of the Land Credit financing policy for families of rural settlers in the municipality of São João do Sabugi/RN, more specifically for settlers from the Barragem do Cipó Community, the locus of the research, effectively observing whether or not there were improvements in the quality of life and income of these families after the conquest of the land..

Keywords: Deve ter entre três e cinco palavras-chave; Social struggles; Land reform; Land Credit; Rural settlement, São João do Sabugi.

Introdução

Dentre as inúmeras desigualdades sociais existentes no Brasil, tem-se a distribuição da terra como fator decorrente de longas datas, caracterizada pelo alto índice de concentração fundiária nas mãos de um pequeno grupo de proprietários de terra. Historicamente, desde o processo de colonização do país que sempre se privilegiou o latifundiário em detrimento daqueles menos afortunados que vivem no e do campo. No entanto, com o descontentamento da classe menos favorecida em meio a essa grande disparidade em relação à distribuição de terras, passou-

se a existir uma ampla mobilização popular em defesa dos camponeses, reconhecendo a necessidade de se impetrar políticas públicas para o meio rural, na qual se privilegiavam as políticas de Reforma Agrária.

Então, as lutas dos movimentos sociais por melhorias das condições de vida dos sujeitos do campo, frente às profundas desigualdades sociais existentes, resultaram em políticas que se apresentam como alternativas para minimizar os problemas que perpassam a realidade socioeconômica dos povos do campo. A formação de assentamentos rurais no Brasil é resultado de uma política de Reforma Agrária, a qual promove aos agricultores familiares o acesso a terra, gerando uma melhor qualidade de vida, minimizando a pobreza no campo.

Contudo, é significativo o número de comunidades rurais em situações bastante precárias em termos socioeconômicos, o que requer uma participação incisiva dos movimentos sociais do campo na luta para tornar efetivos os direitos que lhes assistem constitucionalmente. Nesta perspectiva, a participação popular é importante para a democratização das políticas no nosso país, contribuindo para a (re) definição das mesmas.

Embora com a intensificação de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mais incisivamente a partir da década de 1980, é comum vermos, ainda, as populações camponesas em condições socioeconômicas desfavoráveis. Isso requer, portanto, o desenvolvimento de estudos, de modo a entender, considerando obviamente as especificidades de cada região, a viabilidade dessas políticas de Reforma Agrária para as populações do campo, para que as mesmas se tornem efetivas e não apenas como forma de conter as tensões sociais.

No município de São João do Sabugi/RN, mais precisamente no assentamento rural Barragem do Cipó, consta-se a existência de grupos de agricultores familiares que aderiram ao Crédito Fundiário, passando a reconhecerem-se como proprietários de terras. Diante disso, tornou-se relevante verificar a viabilidade desses assentamentos rurais para as famílias de agricultores beneficiadas, no que tange aos aspectos sociais e econômicos, referindo-nos a melhoria da qualidade de vida e de renda para essas famílias.

Então, compreendermos a viabilidade da política de financiamento do Crédito Fundiário

para as famílias de assentados rurais no município de São João do Sabugi/RN, mais especificamente dos assentados da Comunidade Barragem do Cipó, lócus da pesquisa, torna-se a questão problematizadora deste estudo, na qual buscamos responder e assegurar, cientificamente, se houve ou não melhorias na qualidade de vida e na renda dessas famílias após a conquista da terra. Este estudo se fundamentou no enfoque da pesquisa qualitativa, na qual se considera os discursos dos sujeitos que constituem os grupos familiares do Assentamento Rural Barragem do Cipó, no município de São João do Sabugi/RN, para a produção dos dados empíricos.

Dessa forma, a base teórico-metodológica da nossa pesquisa foi de natureza fenomenológica, na qual privilegiou a consciência do sujeito e entendeu a realidade social como uma construção humana. Essa abordagem de pesquisa qualitativa estuda o processo dos fenômenos sociais concretos, as quais ressaltam a importância do ambiente na configuração da personalidade, problemas e situações de existência do sujeito (TRIVIÑOS, 1987). Além disso, houve uma abordagem histórica para situar a questão da formação do assentamento rural Barragem do Cipó, município de São João do Sabugi/RN, analisando o impacto da conquista da terra na qualidade de vida e de renda das famílias assentadas, visto a seguir.

A conquista da terra: a trajetória dos assentamentos rurais no Brasil

Do ponto de vista histórico, a formação dos assentamentos rurais no Brasil é fruto de uma mobilidade social em favor dos menos favorecidos que vivem no e do campo, encontrando na Reforma Agrária o meio de garantir, dentro das várias territorialidades do campo, o seu lugar, buscando minimizar a precariedade em que viviam, e ainda vivem as populações rurais neste país. Entende-se territorialidade, como afirma Saquet (2010), como um acontecimento social que promove a interação entre grupos, mediados pelo território.

Há uma relação intrínseca entre desenvolvimento territorial e Reforma Agrária sendo, portanto, indispensável o tratamento indissolúvel dos movimentos sociais de luta pela terra e Reforma Agrária como fator crucial na territorialização do campesinato no território nacional. Então, para que entendamos a conjuntura sociopolítica e econômica dos assentamentos rurais no

Brasil hoje, faz-se necessário resgatarmos o percurso histórico que perpassa a questão fundiária no Brasil, no qual se coloca o papel dos movimentos sociais, ou tensões sociais do campo, como fundamental na construção da política de Reforma Agrária, comumente denominada de política compensatória.

Segundo autores que tratam da questão agrária no Brasil, foi a partir dos anos de 1950 que o campo brasileiro tornou-se o centro das questões relacionadas ao desenvolvimento, uma vez que o atraso da agricultura, em especial a sua estrutura fundiária, seria apontado como obstáculo ao processo de desenvolvimento capitalista no país.

Nessa perspectiva, a questão agrária se impôs como importante problema nacional, resultando no desabrochar de vigorosos movimentos sociais que lutavam contra a pobreza e o isolamento das populações rurais. O atraso do campo passou a ser visto como decorrência do latifúndio, uma vez que os grandes proprietários de terra (os latifundiários) detinham enorme poder econômico, social e político, ficando a base popular a mercê da miséria, fome, de más condições de vida, saúde e educação.

Esse reconhecimento da precariedade do meio rural brasileiro tornou-se fomento para a construção de políticas públicas para o campo, na qual se incluía como questão central, uma política de Reforma Agrária, tendo sua construção histórica a partir da década de 1950. É nessa década que o Brasil inicia um ciclo de inovações na agricultura, modernizando-a com objetivo de aumentar a produtividade agrícola por meio de tecnologias de base científico-industrial como “insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra” (PEREIRA, 2012, p. 687).

A modernização na agricultura brasileira ficou conhecida como Revolução Verde, sob o viés de solucionar o problema da fome e a pobreza no país. Tal processo de modernização provocou grandes mudanças no campo, no modo de conceber a agricultura, ampliando a concentração da terra e as disparidades no campo.

Anterior à década de 1950, segundo Martinez (1997), pouco se reconhecia direitos às populações do campo, muito menos o de receber gratuitamente, ou através de financiamento,

qualquer propriedade fundiária. Logo, foi a partir da década de 1950 que intensifica a mobilização dos trabalhadores em torno da sindicalização e da reforma agrária. Anterior a década de 1950, precisamente em 1945, ocorreu à formação das Ligas Camponesas, que por vez, mantinha-se ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e dependia do mesmo (FERNANDES, 2000).

Uma vez que a década de 1950 se apresenta como o aflorar da questão agrária no Brasil, partimos, portanto, desta temporalidade histórica para explicar a formação dos assentamentos rurais e entender a dinâmica socioeconômica das famílias de assentados rurais no município de São João do Sabugi/RN.

Os movimentos sociais do campo e a luta pela terra

Ao abordar a questão da Reforma Agrária e a formação de assentamentos rurais, é indispensável que se discuta o papel dos movimentos sociais nesse contexto. Segundo Medeiros e Leite (2009), todos os assentamentos rurais surgiram, e surgem como decorrência de conflitos sociais relacionados ao contexto da reforma agrária, resultando em desapropriações ou compra de terras.

A política de reforma agrária surge, pois, com o objetivo de minimizar as tensões sociais decorrentes da crescente demanda por terra, tornando-se mais evidente a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, quando os movimentos sociais se inserem na luta pela terra de forma mais incisiva, buscando a formação de assentamentos rurais. Contudo, a “expansão” dos assentamentos rurais na década de 1980 e 1990 está longe de indicar um processo de reforma agrária em curso, visto que tais projetos se constituíram a partir de uma lógica de política governamental que tinha por eixo evitar tensões sociais e não realizar transformações significativas na estrutura agrária.

Historicamente, as populações rurais sempre estiveram às margens da sociedade, vistas como atrasadas e sem perspectivas de vida. Contudo devemos considerar que muita coisa mudou no sentido de que o campo, desde a década de 1960, passou a ter uma maior visibilidade, graças aos próprios sujeitos do campo, uma vez que passaram a organizar-se e a lutarem contra a pobreza

e o isolamento.

Diante disso, a classe trabalhadora do campo se organizou em ligas e sindicatos rurais para lutar contra a exploração e a expansão do capitalismo que surgia nesse momento, com o objetivo de desenvolver economicamente o país, incluindo aí, o setor agrícola com a modernização da agricultura, a qual beneficiava, sobretudo, a classe dominante.

O direito a sindicalização havia sido conquistado no início dos anos 1960 sob muita luta, emergindo no cenário político como atores importantes em defesa da classe trabalhadora rural. E no governo de João Goulart (1961 – 1964) houve uma tentativa de Reforma Agrária clássica, proposta pela Comissão Econômica das Nações Unidas (CEPAL) e expressa no projeto organizado pelo Ministro do Planejamento, Celso Furtado. No entanto, logo após o anúncio do envio do projeto de lei ao congresso, o governo foi derrubado, em abril de 1964.

Seguiram-se vinte anos de regime militar, que priorizou apenas programas de colonização, distribuindo as terras públicas na fronteira agrícola da Amazônia Legal para camponeses sem-terra e, sobretudo, para grandes fazendeiros e empresas capitalistas do Centro- Sul. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram úteis na organização dos trabalhadores promovendo a politização dos camponeses.

Com o projeto de desenvolver e ocupar a Amazônia, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ocorreu uma onda de invasões e expulsões de milhares de populações sertanejas, marcando o início de um período de violência e conflitos com os trabalhadores da região. É nesse contexto que surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT) criada pela igreja, sendo a única instituição de defesa presente na região.

E com o apoio da CPT, nasce o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) para dar assistência aos pequenos agricultores que não eram sindicalizados. Em 1982, convocou a primeira reunião dos sem-terra. Dois anos mais tarde, quando foi realizado o Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra, em Cascavel/PR, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No entanto, com o golpe militar de 1964, as lutas sociais e suas instituições organizativas sofreram forte repressão policial e política, resultando no fechamento dos canais de participação

e representação social.

Embora tenha sido criado o Estatuto da Terra em 1964, buscando garantir algum direito ao trabalhador rural como forma de colocar um freio nos movimentos sociais do campo que se encontravam fortemente organizados, o governo dos militares atuaram com forte repressão a esses movimentos sociais. Estava claro que o objetivo da criação do Estatuto da Terra não passava de promessas de uma Reforma Agrária e de melhorias para o campo, com estratégias dos governantes para apaziguar as tensões sociais que existiam em torno das questões do campo, principalmente com relação à Reforma Agrária.

Assim, as medidas que poderia beneficiar os agricultores não os atingiram, e o governo destruiu no nascedouro os canais de viabilização das aspirações populares. Desenvolveu-se uma forte repressão contra os líderes dos trabalhadores rurais, extinguiu-se as ligas camponesas, se aprisionado os seus dirigentes, e promoveu-se a intervenção na maioria dos sindicatos rurais e na CONTAG, substituindo os líderes mais ativos por interventores comprometidos com o novo governo (ANDRADE, 1989).

Mesmo sofrendo repressão no governo dos militares, os movimentos sociais do campo continuaram a se organizar em torno de suas lutas, agora de forma surda e atomizada, “[...] fazendo com que a bandeira da reforma agrária fosse um componente importante das demandas do sindicalismo rural, a pesar de sua fragilização durante o regime militar” (MEDEIROS, 2007 apud NUNES, 2012, p. 22).

O movimento sindical, a partir da década de 1970, foi se (re) organizando para a formação dos sindicatos de trabalhadores rurais nos interiores, enfrentando a fúria dos militares. É nesse contexto que foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) no município de São João do Sabugi/RN, em 17 de julho de 1972.

E o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São João do Sabugi/RN vem, desde a sua fundação, desenvolvendo ações com o intuito de construir espaços de discussões políticas que visam debater as questões do campo de âmbito local, buscando garantir os direitos fundamentais aos povos do campo.

A partir de 1985, com o fim do regime militar e o estabelecimento da chamada nova república, volta-se a discutir intensamente a Reforma Agrária no país. Aumentaram as reivindicações por melhoria e justiça social no campo, sendo que até bancos e instituições financeiras internacionais passaram a exigir que os governos de países em desenvolvimento – caso do Brasil – fizessem planos de Reforma Agrária para poderem solicitar novos recursos financeiros, surgindo, inclusive, a Reforma Agrária pacífica, denominada Reforma Agrária de Mercado (RMC).

Retomada a democracia no Brasil, crescem no campo organizações de trabalhadores que ganham visibilidade e espaço político em todo o país. Segundo Fernandes (1994), esse momento histórico em que passava o Brasil, permitiu que organizações sociais como o MST, a CONTAG, a CUT, a Igreja Católica, diversos partidos políticos e inúmeras entidades Pró- Reforma Agrária, articularassem-se para exigir um projeto de Reforma Agrária nesse momento de início da Nova República.

Em outubro de 1985, o governo elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), estabelecendo como meta o assentamento, na qual se pretendia a fixação, em terras próprias, de quase um milhão e meio de famílias, em uma área de 43 milhões de hectares, no período de 1985 a 1989. No entanto, até o final de 1988 haviam sido assentadas pouco mais de dez mil famílias. Em quatro, dos cinco anos previstos, apenas uma mínima parte dos objetivos (cerca de 0,75%) foi realizada.

No final de 1988 foi promulgada a Constituição Federal, na qual, notadamente, a questão da Reforma Agrária, ao invés de progredir, observa-se um retrocesso, fruto da oposição aos interesses dos trabalhadores sem terra pela União Democrática Rural (UDR) que, “vinculados ao governo, influenciaram politicamente para a derrubada do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e impediram que o PNRA fosse implantado.” (FERNANDES, 2003, p. 33).

Durante os governos de Fernando Collor de Melo e Itamar Franco, no período de 1991 a 1994, a UDR praticamente assumiu o comando da política de Reforma Agrária no Brasil

Qualquer tentativa de desapropriação fora desencorajada pela bancada ruralista no congresso marcando um retrocesso nas lutas e conquista do camponês. Nos anos seguintes, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a política neoliberal ganha expressão, no que concerne ao meio rural o governo priorizou a política de exportação agrícola. Houve um aumento nos conflitos do campo e que, com o apoio da mídia ao governo promoveram a criminalização dos movimentos de luta por terra, especialmente as ações do MST.

No segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso a proposta neoliberal foi mantida e, quanto à política de Reforma Agrária, foi divulgada amplamente, na grande imprensa, uma “Nova Reforma Agrária” com proposta moderna para o novo mundo rural. Como consequência dessas novas propostas algumas ações foram estabelecidas, entre elas a extinção do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, o PROCERA, e a criação do Banco da Terra. Com tal medida, a Reforma Agrária de mercado ganhou força.

Com o apoio de diversos movimentos sociais, entre eles o MST, Luiz Inácio Lula da Silva conquista o governo do Brasil em 2003, lançando logo no seu primeiro ano de mandato o II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, apresentado durante a Conferência da Terra, em Brasília/DF, numa meta massiva de assentar cerca de 400 mil novas famílias, no período 2003 a 2006, e regulamentar cerca de 100 mil propriedades.

De acordo com estudos de Fernandes (2006), nos três primeiros anos do governo Lula, apenas 25%, das 127 mil famílias foram assentadas em terras desapropriadas. A maior parte das famílias foi assentada em assentamentos já existentes ou, em assentamentos implantados em terras públicas ou, ainda, em assentamentos já existentes em terras públicas. Criou-se muita expectativa sobre o governo Lula com a efetivação de uma política agrária que atendesse os anseios do camponês, visto a sua proximidade com os movimentos sociais do campo, especialmente com o MST, mas não houve avanços significativos.

Após estas discussões, vejamos, a seguir, a formação dos assentamentos rurais no município de São João do Sabugi/RN, os quais se deram a partir do início da década de 2000, destacando o papel do movimento sindical dos Trabalhadores Rurais desse município.

O papel do movimento sindical no processo de formação dos assentamentos rurais no município de São João do Sabugi/RN

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São João do Sabugi/RN desempenha um papel fundamental na formação dos assentamentos rurais neste município, uma vez que atuou, e ainda atua, como co-responsável nesse processo de formação dos assentamentos no âmbito deste município. Vale ressaltar que todos os assentamentos rurais do município de São João do Sabugi/RN foram formados a partir da compra de terra pelo Crédito Fundiário, estando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, presente nas negociações entre os grupos de agricultores e o proprietário da terra, prestando a assessoria necessária.

Diferentemente do que, historicamente, se processa a formação dos assentamentos rurais, os quais se dão mediante lutas acirradas pela conquista da terra, os existentes no município de São João do Sabugi/RN se deram de forma pacífica, até pelo fato de serem constituídos a partir do financiamento da terra pelo Crédito Fundiário.

É notória a participação do movimento sindical de São João do Sabugi/RN nas discussões políticas em favor do homem/mulher do campo, dando visibilidade aos problemas que perpassam a realidade dos sujeitos do campo, passado a reconhecê-los com sua identidade.

Nessa perspectiva, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR passa a ser visto como uma possibilidade de avanço social, uma vez que age em defesa da categoria, criando possibilidades que garantam uma melhor qualidade de vida e de renda aos que vivem no e do campo. O STR de São João do Sabugi/RN, assim como outros sindicatos rurais no estado do Rio Grande do Norte, compõe a Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte (FETARN). Esta instituição constitui a organização dos trabalhadores rurais a nível estadual, assumindo um papel importante na organização de manifestações de grande porte.

No município de São João do Sabugi/RN, a participação dos trabalhadores rurais na organização sindical possibilitou o reconhecimento de sua importância política e representativa para seus associados. Para se ter uma idéia da importância dessa instituição, o município de São João do Sabugi/RN tem uma população de 5.922 habitantes, sendo 4.756 vivendo na cidade e

1.166 no campo, segundo dados do IBGE (2010). Porém, consta-se, atualmente, no quadro de associados ativos do sindicato, um número de 620 sócios, o que representa um número considerável de pessoas que exercem atividades agropecuárias no município e necessitam de políticas públicas voltadas para este setor.

Sendo assim, fica inegável o poder político que o sindicato rural tem conquistado ao longo de sua história. Desse modo, quase que todos os assuntos ligados à questão do meio rural no município de São João do Sabugi/RN, têm a participação efetiva do movimento sindical local, o qual se mobiliza para que as melhorias cheguem, de fato, ao homem/mulher do campo. Diante disso, fica evidente a participação do STR de São João do Sabugi/RN no processo de formação dos assentamentos rurais neste município.

Como dito anteriormente, todos os assentamentos rurais desse município foram formados a partir da compra de terra pelo Crédito Fundiário, tendo a participação do STR neste processo. São, portanto, nove assentamentos, compreendendo um total de cinquenta e oito famílias assentadas, todas vivendo em regime de agricultura familiar.

Assim, a seguir, haverá discussão acerca da Reforma Agrária de Mercado, na qual se insere a política do Crédito Fundiário, tendo em vista que foi essa a linha de crédito utilizada pelas famílias para a conquista da terra que constitui o assentamento rural Barragem do Cipó.

A política do crédito fundiário para a conquista da terra

Os programas de Reforma Agrária surgem a partir do desenvolvimento do capitalismo, ainda no século XIX, com o objetivo de democratizar o acesso a terra, garantindo aos camponeses o direito à propriedade rural para fazer produzir e dela usufruir. Para isso, o Estado adota o procedimento de desapropriação das grandes fazendas e redistribuem as terras, beneficiando camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral, seguindo a legislação de cada país para essa finalidade.

É fato que a questão da Reforma Agrária no Brasil sempre esteve atrelada à luta pela terra. Nessa perspectiva, essa luta pela terra tornou-se desfavorável, uma vez que os interesses do

GALVÃO, Iapony Rodrigues. Compreendendo sobre os assentamentos rurais e o pós-conquista da terra: refletindo sobre o crédito fundiário na formação do Assentamento rural Barragem do Cipó, em São João do Sabugi/RN. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 06, n.02, p.193-215, 2021.

capitalismo no Brasil, em consonância com os interesses internacionais, não comungam para uma real Reforma Agrária através da redistribuição de terra, garantindo a posse aos trabalhadores rurais que se recusam a condição de proletariado.

Em finais dos anos 1960 e início dos anos 1970, o Brasil viveu um período de grande modernização no campo, impulsionado pelo Estado, cujo desenvolvimento capitalista se deu através de políticas agrícolas, no qual o Estado buscou atender aos interesses das indústrias e dos grandes latifundiários que detinham o poder econômico da produção agrícola. Em meio a isso, fica claro o adiamento da política de Reforma Agrária no país, visto que a tornava desfavorável para a Nova República, cuja natureza capitalista no campo tornava-se o grande interesse do Estado e dos grandes proprietários rurais.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a bancada ruralista conseguiu incluir no texto da Constituição a concepção de latifúndio produtivo e improdutivo. Assim, limitou-se a desapropriação à terras consideradas improdutivas. As oligarquias rurais tornaram-se cada vez mais fortes, resultando no que conhecemos hoje por Agronegócio, sendo uma nova fase de desenvolvimento no campo, apoiado mais uma vez pelo Estado.

Segundo Fernandes (2005), o agronegócio é um novo tipo de latifundiário, ainda mais amplo, que não apenas concentra e domina a terra, mas, também, a tecnologia de produção e as políticas públicas, vendendo a idéia de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível. Diante desse contexto, as pressões sociais por Reforma Agrária tornam-se cada vez mais incisivas, demonstrando o poder político dos trabalhadores rurais pela resistência e enfrentamento, dando visibilidade às questões do campo. Contudo, a questão econômica possuía lacunas, uma vez que privilegiava a política neoliberal fundamentada no agronegócio.

O neoliberalismo instala-se, pois, no Brasil em meados da década de 1990, com uma ideologia de desenvolvimento econômico no meio rural a partir do agronegócio. Isso acaba por favorecer o grande proprietário rural em detrimento dos pequenos produtores que vivem a base da agricultura familiar, forçando-os a integrarem-se ao agronegócio, como forma de promover o desenvolvimento, gerando insatisfação com a política neoliberal.

Quanto à questão agrária, passou-se a disseminar e implantar projetos de assentamentos em que substituíam a desapropriação por interesse social pela compra de terras realizada sob o domínio do mercado e com o financiamento do Banco Mundial.

Pode-se dizer que, historicamente, existem diferentes tipos de Reforma Agrária, a partir das várias experiências existentes mundialmente. Segundo Stedile (2012, p. 663), “com base na definição de Reforma Agrária e nas tipologias ocorridas nas experiências históricas dos povos, pode-se concluir que no Brasil nunca houve um processo de Reforma Agrária”.

Diante disso, pode-se dizer que a formação dos assentamentos rurais está atrelada à Reforma Agrária, por meio de programas de governo que buscam distribuir terras às famílias de trabalhadores rurais, a partir da desapropriação e redistribuição de terras, no modelo clássico de Reforma Agrária. Porém, há de se considerar o financiamento público para a compra de terra de fazendeiros como meio possível de conquista da terra pelos pequenos produtores.

Em se tratando da formação de assentamentos rurais por compra de terra, destacam-se as ações e recursos do Banco Mundial (BM) no financiamento da terra. Essa política do BM, a Reforma Agrária de Mercado (RAM), está inserida no contexto da política neoliberal, surgida nos anos 1990. A mesma objetivava “mercantilizar o acesso à terra, aumentar a produtividade econômica na agricultura e reduzir a pobreza rural” (PEREIRA, 2012, p. 164). Segundo Pereira (2012, p. 164), “esse modelo não é uma modalidade de Reforma Agrária redistributiva, pois tem como princípio a compra e a venda voluntária de terra entre agentes privados, com uma parcela variável de subsídios para investimentos socioprodutivos”.

Dessa forma, a RAM vem como alternativa para a implantação efetiva de uma política de Reforma Agrária, principalmente em países com altos índices de concentração fundiária e tensões sociais no espaço rural, como o caso do Brasil. Assim, o BM acaba forçando o país a adotar a RAM, negando ao que denominou de “Reforma Agrária Tradicional”, a qual se baseia na desapropriação e redistribuição de terras pelo Estado, objetivando democratizar a estrutura agrária, de modo a romper as relações de poder numa sociedade que privilegia os grandes proprietários.

Por considerar a Reforma Agrária Tradicional ineficiente para a conquista da terra por parte dos pequenos produtores rurais, o BM acaba por legitimar a RAM para a garantia do acesso a terra e, conseqüentemente, para a formação de assentamentos rurais, estando de acordo com a política neoliberal que se formava nesse momento.

Os projetos do BM se contrapõem às lutas históricas dos movimentos sociais do campo, os quais insistem em uma Reforma Agrária Tradicional, a partir da desapropriação de terras, sendo contrários ao modelo de Reforma Agrária de Mercado que se implantava no país. No Brasil, a RAM iniciou-se em 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), a partir de um conjunto de pressões dos movimentos sociais do campo e de acontecimentos desencadeados no biênio 1996-1997, o que deu visibilidade nacional e internacional ao quadro de violência e impunidade no campo brasileiro, como à luta por Reforma Agrária no Brasil.

Como forma de barra as tensões sociais que se revelava contra a RAM, o governo FHC passou a propagar sua política agrária como sendo a maior reforma agrária de todos os tempos, além de fazer veicular na mídia as repressões sociais dos sem terras como práticas criminosas, passando a ser tratadas como caso de polícia. O governo de FHC foi o responsável por criar um conjunto de medidas relacionadas à Reforma Agrária e aos conflitos no campo, tornando efetiva à introdução da mesma assistida pelo mercado do BM no Brasil.

Segundo Pereira (2012), o programa de crédito para a compra de terra colocaria a questão agrária no Brasil em um novo patamar, diferentemente do modelo de ação fundiária vigente no Brasil, tido como lento, caro e conflituoso. Para o BM e o governo brasileiro, a introdução de programas de créditos que financiassem a compra de terras negociadas voluntária e diretamente entre trabalhadores e proprietários, tornaria o acesso à terra pelos trabalhadores rurais pobre mais eficiente, apesar do posicionamento contrário da CONTAG e o MST, (PEREIRA, 2012).

Inicialmente com o nome de “Cédula da Terra”, o novo modelo de Reforma Agrária, baseado na compra de terra por meio de financiamento do BM, com contrapartida do governo federal, foi refutado pelas principais organizações nacionais de representação de trabalhadores

rurais. Contudo, segundo Pereira (2012, p.168), essa situação de resistência política da CONTAG e do MST contra a RAM foi superada em 2000, quando passaram a negociar com o governo federal e o BM a articulação de um programa de crédito fundiário. Assim, ampliou-se a experiência da Cédula da Terra, que nem sequer havia sido concluído. A partir desse momento, o programa de crédito fundiário recebeu maior apoio do que a experiência anterior da Cédula da Terra. Já o BM reconheceu que todos integravam a mesma matriz.

No governo Lula houve uma continuidade da política fundiária para a RAM, ampliando-a a partir de uma contrapartida do governo federal aos empréstimos do BM para o financiamento da terra, visando o combate à pobreza rural. Em 2003, foi criado, portanto, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), ampliando o financiamento público para a compra de terras por grupos familiares de trabalhadores rurais pobres no território nacional.

Essa expansão dos programas de Crédito Fundiário no Brasil, a partir de 2003, “fez da experiência brasileira a mais abrangente em âmbito internacional, tanto em número de famílias financiadas quanto em volume de recursos gastos” até 2010 (PEREIRA, 2012, p. 169). É notório o avanço das questões agrárias no Brasil durante o governo Lula.

Encontrando as bases deixadas pelo governo FHC para a implantação da RAM, o governo Lula deslanchou a política do Crédito Fundiário para a formação de assentamentos rurais em todo o país. Os projetos de Reforma Agrária que originam os assentamentos rurais, seja resultados de desapropriação e redistribuição de terras pelo Estado, seja pela compra, através do Crédito Fundiário, constroem a realidade pós-assentamento das mais diferenciadas formas.

As famílias de assentados dos programas de Reforma Agrária passam a ocupar os imóveis rurais, constituindo ali, uma nova unidade produtiva, oriunda da desapropriação de terras ou pelo Crédito Fundiário. Uma vez que estamos dando ênfase ao Crédito Fundiário como política de aquisição de imóvel rural, é importante ressaltar que essa prática não se caracteriza necessariamente como um processo de Reforma Agrária, no sentido tradicional do termo, uma vez que foge da idéia historicamente defendida pelos movimentos sociais do campo e entidades de apoio à luta pela terra.

Contudo, o conceito de assentamento rural integra uma variedade de situações de implantação de projetos no campo para a conquista da terra. Assim, deve-se considerar a existência de diferenciadas formas de luta pela terra desencadeada pelos movimentos sociais e entidades ligas ao campo. “a diversidade de lutas e experiências que caracterizaram o movimento organizado de trabalhadores rurais e a prática das políticas públicas, com diferenciações regionais significativas, pode, de certo modo, ser unificada conceitualmente na terminologia [de assentamento rural] proposta” (LEITE et al, 2004, p. 111).

Diante disso, pode-se chamar de assentamento rural os grupos de agricultores familiares que conquistaram o seu espaço rural a partir da compra de terra pelo Crédito Fundiário, como é o caso dos agricultores familiares da Comunidade Barragem do Cipó, no município de São João do Sabugi/RN, lócus da nossa pesquisa, visualizado a seguir.

Assentamento Barragem do Cipó: análise da pós-conquista da terra

O assentamento Barragem do Cipó, no município de São João do Sabugi/RN, está a oito quilômetros da sede da cidade. Com uma área de 22 hectares, esse assentamento foi constituído em 2004, quando um grupo composto por sete famílias consanguíneas se organizou e negociou com o proprietário da fazenda Barragem do Cipó.

A partir da negociação entre as partes, procederam-se com a adesão ao Crédito Fundiário para a compra da terra, a partir de um projeto elaborado por uma equipe técnica credenciada a fazer os procedimentos necessários para que se efetivasse a formação do referido assentamento. O valor do imóvel foi negociado em R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), financiado pelo Crédito Fundiário, cabendo a cada grupo familiar o pagamento anual de cerca de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), com uma carência nos anos iniciais da formação do assentamento, seguindo o proposto no contrato assinado com o Banco do Nordeste, agente financiador.

Além desse financiamento para a compra da terra, os assentados da Barragem do Cipó tiveram um crédito de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) para investimentos na estrutura física da propriedade, recurso este de fundo perdido, sem a necessidade de pagamento, o que

favoreceu ao grupo condições para implementar as produções que vinham a estabilizá-los financeiramente. Nos primeiros anos de funcionamento das atividades no Assentamento Barragem do Cipó, os assentados tiveram todo o apoio do Estado e do STTR às questões de produção e organização social, recebendo assessoria técnica necessária e indispensável para as ações no assentamento. Contudo, com o passar dos anos, o apoio estatal foi deixando de lado, contribuindo para resultados precários na reprodução social e humana do assentamento.

Associado a essa falta de continuidade de apoio do Estado, tem-se as condições adversas do clima da região e a falta de uma atuação mais efetiva do movimento social que encabeça as lutas pelos direitos dos sujeitos do campo. Isso tem contribuído para uma realidade amarga em que vive os assentados da Barragem do Cipó atualmente. É, pois, conhecendo a realidade e os problemas que perpassam as condições de vida e de renda dos assentados da Barragem do Cipó na pós-conquista da terra que tecemos uma análise, a partir de observações e dos discursos dos sujeitos que constituem o referido assentamento.

Os grupos de assentados da Barragem do Cipó apresentam uma organização social legítima, na qual as decisões de interesse da comunidade são tomadas em assembléia geral, nos moldes do associativismo rural. Possui um estatuto e o um regimento interno próprio que orientam as ações no assentamento, cujas decisões são lavradas em atas, o que legitima tais ações de âmbito coletivo. Essa forma de organização faz do assentamento um ambiente democrático, em que todos têm direito a voz e voto, uma vez que tratam de questões da coletividade. Além disso, os assentados recebem apoio do movimento sindical local, apoio este que é dado a todas as associações rurais existentes no município.

Uma análise quantitativa e qualitativa do assentamento Barragem do Cipó

Após essa breve análise sobre a situação atualmente existente no assentamento Barragem do Cipó, torna-se necessária uma análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos durante a pesquisa de campo, a fim de compreender efetivamente toda a situação existente no mesmo. Inicialmente, foi analisado o gênero dos responsáveis pelos domicílios existentes no

assentamento. Dessa forma, ficou claro o notável predomínio do gênero masculino, com todos os responsáveis pelo domicílio pertencendo a tal gênero. Além disso, 50% dos entrevistados possuem idade entre 41 a 50 anos.

No que se diz respeito ao número de pessoas residentes em cada domicílio, 33% dos mesmos possuem cinco membros, um número considerável. Além disso, 36% dos domicílios possuem cinco pessoas trabalhando no assentamento. Além disso, 27% dos mesmos possuem quatro membros trabalhando no assentamento, demonstrando envolvimento familiar dos assentados nas atividades agrícolas. Sobre o local de residência anterior, 67% dos proprietários dos domicílios moravam na área urbana de São João do Sabugi e apenas 33% moravam na área rural. Esse dado pode ser explicitado justamente pela ausência de possibilidades agrícolas por parte dos assentados.

Dentre os que realizam as atividades agropecuárias, destaca-se o cultivo de milho, feijão, melancia e mandioca, mas voltados, basicamente, para a subsistência. Já na pecuária há uma maior pujança, com uma variada produção, destacando os bovinos (bois e vacas), que correspondem a 26% de todo o rebanho animal. Também tem destaque a criação de aves, em especial galinhas, que correspondem a 39% do total. Com relação à possibilidade de exportação dos produtos, 67% dos assentados não exportam a produção realizada no assentamento, um índice considerável. Dentre os exportadores, metade exporta para a área urbana de São João do Sabugi e a outra metade para Caicó, destacando-se a exportação de Leite, queijo e aves (em especial galinhas e ovos).

E sobre os meios de transporte utilizados para a exportação, há um equilíbrio entre a utilização de carroças, moto e automóveis. No que se diz respeito ao aporte financeiro utilizado, conforme observado no início do presente capítulo, todos os assentados obtiveram empréstimos em banco público (Banco do Nordeste). Entretanto, não há utilização de outras fontes para a obtenção de recursos para a agropecuária, como bancos privados e agiotas.

E, para complementar tais dados, 60% dos assentados possuem uma renda entre 1 a 1,9 Salários Mínimos, ou seja, entre 724 e 1447 reais, nos atuais valores do salário. Mas 40% dos

mesmos chegam a ganhar entre 1448 a 2172 reais. Sobre a fonte de renda, todos os assentados possuem outras fontes, por afirmarem, durante as entrevistas, que as divisas geradas pelo assentamento não são suficientes para a sobrevivência.

Detalhando um pouco mais sobre as demais rendas dos assentados, há um claro equilíbrio das fontes das mesmas, com iguais 33% advindos de aposentadorias, bolsa família e empregos na iniciativa privada.

Além disso, 67% dos assentados possuem menos de 20% de sua renda advinda da produção do assentamento, o que caracteriza ainda mais a subsistência demonstrada por dados anteriores. Sobre aspectos técnicos que envolvem a produção agropecuária, para 50% dos mesmos, há utilização de técnicas agrícolas que facilitem o cultivo, em especial arados com motriz animal e tratores, em geral cedidos pela Prefeitura e Sindicato dos trabalhadores rurais. Entretanto, para outros 50% não há utilização desses meios agrícolas mais “avançados”.

Discutindo mais sobre os auxílios técnicos, todos os assentados afirmam que recebem algum auxílio federal, como o PRONAF, embora todos os mesmos o considerem aquém das necessidades dos assentados. Entretanto, todos os assentados foram unânimes em afirmar a ausência de órgãos estaduais, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, para um maior apoio agrícola, e todos os mesmos acreditam num auxílio maior desses órgãos Estaduais e Federais contribuiriam para a ampliação da produção.

Após os dados coletados percebe-se, portanto, algumas notáveis dificuldades obtidas pelos assentados, em especial para tornar a produção agrícola mais eficiente e que efetivamente a mesma possa sustentar a população residente no mesmo. É necessário um maior empenho do poder público para tornar mais justa e plausível a situação dos assentados, os quais, com muita dificuldade e perseverança, mantém acesa a esperança de manterem seu próprio “pedaço de chão”, a partir da efetiva aquisição da posse da terra.

Considerações finais

Uma possível solução a um aparente problema (a questão da concentração da terra) seria, simplesmente, a redistribuição de terras? Sob a bandeira da “luta pela terra”, surgem canais de reivindicações que propaga a voz do sujeito do campo, criam tensões que dão visibilidade interna e internacional às suas reivindicações, porém carece de uma análise mais detalhada sobre a compreensão das lutas camponesas.

Além disso, continuam os desafios das populações rurais em se manterem de forma digna no campo. O problema vai além da redistribuição de terras. O desafio é criar condições econômicas, sociais, políticas e culturais que tornem sustentável a vida no campo. Assim, o principal desafio da luta e da reforma agrária é hoje a compreensão da luta e da reforma, seus desencontros e tensões, suas dificuldades e resultados. Fala-se muito em reforma agrária. Mas o substantivo mesmo da luta pela terra e da reforma agrária perde-se no cipoal de baboseiras ideológicas, de afirmações infundadas e de propostas sem consistência (MARTINS, 2003).

Assim, o sujeito do campo permanece na incerteza quanto a uma Reforma Agrária efetiva. É, sem dúvidas, legítima a necessidade social de terras de trabalho para o camponês, sendo isso o que realmente conta para o trabalhador rural. Porém, o que se observa são instituições organizativas de “defesa” dos trabalhadores rurais agindo mais com a preocupação em se promover politicamente, do que como solidários e sensíveis com os graves problemas e necessidades vividas pelos sujeitos do campo.

E como mostra a experiência histórica, e vem sendo insistentemente reiterado pelos movimentos camponeses contemporâneos de todo o mundo, a Reforma Agrária precisa vir acompanhada de um conjunto de políticas complementares nas áreas de infraestrutura, educação e saúde, bem como de uma política agrícola que favoreça o campesinato, baseada na oferta pública de crédito, assistência técnica e acesso a mercados (PEREIRA, 2012).

Todavia, não se pode negar que os movimentos sociais, em todas as suas formas de lutas e reivindicações, foram importantíssimos na construção histórica das políticas públicas para os sujeitos sociais, buscando a garantia dos direitos plenos, assegurados constitucionalmente,

direitos estes que, ainda, são violentamente negados, o que requer uma continuidade infindável das lutas desses movimentos sociais.

Referências

ANDRADE, M. C. de. **Caminhos e descaminhos da geografia**. Campinas: Papius, 1989.

COSTA, Emilia Viotti da, *Da Senzala à Colônia*. São Paulo. Ed. UNESP, 2012.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. 218 f. Dissertação (Mestrado). USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1994.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Observatório Social de América Latina, 2005, vol. 16. Buenos Aires: CLACSO, p. 273-284.

_____. **Relatório DATALUTA**. Presidente Prudente: NERA, 2006.

_____. **Sobre a tipologia de territórios**. In: A. M. SAQUET e E. S. SPOSITO (Ed.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 197-215.

_____. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: A. MÂRCIO BUAINAIN (Ed.). *Luta pela Terra: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Editora Unicamp: Campinas, 2009.

FERNANDES, Bernardo. Mançano., et ali. **Insertion socio-politique et criminalisation de la lutte pour la terre: occupations de terre et assentamentos ruraux das le Pontal do Paranapanema** - São Paulo. *Cahiers du Bresil Contemporain*. La Riche: v.51/52, 2003.

FILHO, José Juliano; SAMPAIO, Plínio de A. **Editorial**. In: Revista da Associação brasileira de Reforma Agrária, v.32, n.1, 2005.

IBGE, **Censo Estatístico do Brasil - 2010**. Rio de Janeiro. Ed. IBGE, 2010.

LEITE, Sérgio P. **Por uma Economia Política da Reforma Agrária**: custo de implantação e infraestrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984-1989) In: MEDEIROS, L. et al. Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar. 3. Ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

MARTINEZ, P. **Reforma Agrária**: questão de terra ou de gente. 3.ed. S.Paulo:Moderna,1997
MEDEIROS, Leonilde S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro, 2012.

MEDEIROS & LEITE (Orgs). **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil**: Processos Sociais e Políticas Públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

NUNES, Thomas Vieira et al.**Aspectos produtivos de linhagens de arroz de terras altas sob déficit hídrico**. In: Revista Brasileira de Ciências Agrárias, v.7. n.1,2012.

PEREIRA, I. B.; CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STÉLIDE, J. P.e FERNANDES, B. M. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.4. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.